

O PROCESSO DE EMPRESARIZAÇÃO DO MUNDO EXPLICADO POR UM NOVO IMPERIALISMO, ENGENDRANDO UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

Rodrigo Gameiro Guimarães (UFAL/UFRGS) - rgameiro@gmail.com

Rosimeri Carvalho da Silva (UFRGS) - rosimeri.carvalho@ufrgs.br

Resumo:

Este ensaio teórico visa ampliar a reflexão incitada pela teoria da empresarização que parte da suposição de que a empresa tornou-se a força organizadora do nosso mundo. No entanto, consideramos que há duas lacunas na teoria que tornam nebulosa a explicação desse processo. Uma é sobre qual seria a relevância do Estado no processo de empresarização e a outra é desenvolver a ideia de como a empresa ao mesmo tempo em que visa eliminar o mercado não pode prescindir dele. Argumentamos que uma das principais forças/instrumentos do processo de empresarização contemporâneo é Estado(-nação), uma metaempresa, e que antes de eliminar o mercado, a empresa visa expandi-lo, mas de forma controlada e, para isso, utiliza-se do Estado para regular sua expansão e uma suposta livre concorrência. Desenvolvemos o argumento com uma parte sobre a importância da formação dos Estados para a criação e controle dos mercados e outra em que recorreremos ao conceito de imperialismos buscando um suporte para compreender a disseminação das empresas e a atuação do Estado nisso, e por fim lançamos a possibilidade de cunhagem de um novo conceito.

Palavras-chave: *imperialismo; neoliberalismo; empresarização.*

Área temática: *GT-10 Empresa e Modernidade: Sobre Origens, Características e Implicações da Generalização da Forma Empresa*

O PROCESSO DE EMPRESARIZAÇÃO DO MUNDO EXPLICADO POR UM NOVO IMPERIALISMO, ENGENDRANDO UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

Rodrigo Gameiro

Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rgameiro@gmail.com

Rosimeri Carvalho da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rosimeri.carvalho@ufrgs.br

Resumo

Este ensaio teórico visa ampliar a reflexão incitada pela teoria da empresarização que parte da suposição de que a empresa tornou-se a força organizadora do nosso mundo. No entanto, consideramos que há duas lacunas na teoria que tornam nebulosa a explicação desse processo. Uma é sobre qual seria a relevância do Estado no processo de empresarização e a outra é desenvolver a ideia de como a empresa ao mesmo tempo em que visa eliminar o mercado não pode prescindir dele. Argumentamos que uma das principais forças/instrumentos do processo de empresarização contemporâneo é Estado(-nação), uma metaempresa, e que antes de eliminar o mercado, a empresa visa expandi-lo, mas de forma controlada e, para isso, utiliza-se do Estado para regular sua expansão e uma suposta livre concorrência. Desenvolvemos o argumento com uma parte sobre a importância da formação dos Estados para a criação e controle dos mercados e outra em que recorremos ao conceito de imperialismos buscando um suporte para compreender a disseminação das empresas e a atuação do Estado nisso, e por fim lançamos a possibilidade de cunhagem de um novo conceito.

Palavras-chave: imperialismo; neoliberalismo; empresarização.

Uma iniciação a ideia de empresarização do mundo e da teoria para sua compreensão...

Difícil, quase impossível, imaginar a satisfação das nossas necessidades ou resolução dos nossos problemas cotidianos sem considerar a empresa como forma de organização que entrega um serviço ou produz algo que atende nossos desejos. Se pararmos para uma reflexão vemos que as empresas são consideradas uma condição para provimento da nossa existência em sociedade, dependemos delas desde a hora que acordamos ou nascemos até a hora que dormimos ou da nossa morte. Também, mas não só por isso, essa forma de organização que viabiliza a reprodução da vida, é tida como consequência natural da “evolução” produtiva e civilizatória, de modo que é imprescindível na caracterização de um grupamento humano como moderno que a empresa seja um dos principais modelos de organização produtiva. Foi observando historicamente e comparando com outros povos, considerados não moderno e sobretudo questionando o processo de naturalização da empresa na nossa existência humana que o pesquisador Andreu Solé incursionou uma reflexão teórico-empírica sobre o processo de empresarização. Para tal ele parte da ideia de definir empresa como forma específica de organização vinculada a uma dimensão espaço-temporal e não uma consequência de uma evolução no modelo natural de organizar as relações humanas.

Solé (2004, p.5) identifica, a partir de um levantamento dos principais trabalhos na área de administração e estudos organizacionais, como é difícil para os pesquisadores evitar a linguagem e vocabulário da empresa como referência para todas as outras organizações humanas. Para Solé essa confusão organização/empresa na realidade é uma manifestação do que ele define por “empresarização do mundo”, uma influência crescente da empresa sobre os seres humanos e destaca que **uma das manifestações de mais destaque é o processo de privatização** que tem, segundo ele, se multiplicado em vários lugares do planeta,

principalmente, as organizações públicas estarem tornando-se empresas (privadas). Outras mudanças que indicam esse processo em organizações como hospitais, órgãos de seguridade social, organizações humanitárias que **implantam sistemas de gestão e controle empresarial**, assim como copiam práticas de empresas ou ferramentas do marketing. Para Solé, as práticas das empresas penetram pela linguagem, métodos e ferramentas de trabalho em organizações que não estavam “submissas à concorrência e ao imperativo de benefício econômico. Um fato histórico gigantesco, pela primeira vez na história da humanidade, uma organização – a empresa – converte-se no modelo universal de organização de todas as atividades humanas.”, ou seja, a confusão organização/empresa é lógica em nosso mundo que é “mundo-empresa” (SOLÉ, 2004, p.4-5).

A noção de empresa, como destaca Solé, além de estar impregnada na linguagem cotidiana, o está também na acadêmica. Uma evidência disso está num dos textos seminais sobre o histórico do estudo e teorias sobre as organizações de Reed (1999). Ele percorre as origens das teorias e do conceito de organização e mostra que a constituição da área ocorreu com o pleno desenvolvimento do capitalismo. Segundo Reed (1999), as organizações eram definidas como uma forma de poder e um instrumento pelo qual se podem resolver problemas da ordem social, por isso ele considera que o modelo de organização racionalista impregnou os estudos organizacionais de forma abrangente e natural, que sua essência e identidade “[...] foram virtualmente impossível de serem detectados ou questionados [...]” (REED, 1999, p. 67). É nesse sentido, mas de maneira mais específica, que Solé (2004) questiona se as teorias organizacionais não seriam teorias de empresas, pois para ele suas bases e conceitos (sua essência e identidade) são todos fundamentados na concepção de empresa, e “A maior parte das vezes, quando escrevem e dizem «organização», os investigadores pensam empresa. [...]” (SOLÉ, 2004, p.4). Esse compartilhamento de significados entre diferentes significantes parece institucionalizado tanto no senso comum quanto, pelo menos, na corrente acadêmica dominante das teorias das organizações.

Para compreender o processo de naturalização da empresa e tentando desnaturalizá-la, Sobrero e Solé (2007, p.1) consideram que nossa história é um processo sem fim de criação e desaparecimento de mundos. Vários mundos nasceram e desapareceram: egípcio, asteca, cristão (chamado idade média), o soviético, assim como os seres humanos não são presos a um mundo, porém são criadores de infinitos mundos. Sobrero e Solé (2007, p.5) questionam se, ao perseguir a missão de levar a “civilização”, o “progresso”, o nosso conhecimento (luzes) e organização político-econômica (modernidade) para beneficiar outros seres humanos, não temos proibido ou até erradicado outros mundos. É uma história que começou há cerca de mil anos com as cruzadas, uma história de violência e destruições, assim consideram que “a vontade de destruição dos outros mundos acompanha a história humana.” (SOBRERO e SOLÉ, 2007, p.5). Todavia a diferença para os que nos precederam é que eles pararam suas conquistas e o nosso mundo não. O que os leva a hipótese de que **nosso mundo é totalitário**, pois está convencido de que seus valores devem ser compartilhados por todos, “O totalitarismo e o universalismo do nosso mundo são indissociáveis.” (SOBRERO e SOLÉ, 2007, p.6).

Para compreender o que Solé chama de mundo-empresa, é interessante lembrar que (SOLÉ, 2008, p.8) ele norteia sua pesquisa pelas perguntas: em que mundo vivemos? E “o que é este mundo?”, que para ele significa civilização, mas dada a amplitude da questão, propõe outra mais atingível: “qual é a “força organizadora” do nosso mundo?”. Por força organizadora, ele define a organização fundamental “aquela que o caracteriza e impregna mais a vida de seus habitantes, suas relações, seus sonhos, seus medos.” (SOLÉ, 2008, p.8). Ele exemplifica que o mundo que define a Europa da queda do império romano ao nascimento do mundo moderno (normalmente situado no fim do século XV) se costuma chamar de Idade Média, mas sua força organizadora é a Igreja, por isso batiza-o de Mundo-Igreja. Então, o que

seria essa força organizadora do mundo? Para Solé (2008), essa força seria a empresa, por isso que chama de Mundo-Empresa. Para definir a empresa, Solé (2004, p.8-9) parte do princípio epistemológico de que as teorias nos indicam o que vemos e que o investigador constrói seu objeto de estudo. Desse modo, ele propõe **cinco postulados para definir a empresa**: (1) é um conjunto singular de relações entre seres humanos; (2) é um **fenômeno social total**, ou seja, que deve ser analisada de uma perspectiva transdisciplinar; (3) é uma **organização histórica**, por isso não deve ser considerada inerente à natureza humana; logo (4) é **uma organização característica e fundamental deste mundo** que se considera moderno e desenvolvido; e (5) como toda organização humana é **um evento contingente**, apareceu num determinado momento, mas não foi uma necessidade do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade (como interpretam Marx e Smith).

Além desses postulados na forma de abordar a empresa, Solé (2004, p.11-4) procura **definir um conceito de empresa**, para tal inicia a construção de um tipo ideal (nos moldes weberianos) e propõe vinte e dois traços, dos quais me interessam, neste trabalho, particularmente dois. O primeiro é que “A empresa é uma organização que está sujeita a outra organização: o **Estado**”, ressalta que segundo Smith o primeiro papel do Estado é proteger a propriedade privada, assim como as leis relacionadas às empresas são emitidas pelo Estado, que também faz com que sejam respeitadas, pois, é uma organização com monopólio legítimo da violência, como definido por Weber (SOLE, 2004, p.13). Neste traço Solé ressalta que a empresa estaria sujeita ao Estado, mas não explica como. Nossa suposição é que o Estado é um dos mais importantes instrumentos políticos do processo de empresarização do mundo, pois desde o fim da idade média e início da idade moderna cunha-se uma aliança entre a burguesia nascente e o soberano na luta contra os senhores feudais.

O outro traço definido por Solé é que “A **empresa** é uma organização que **supõe outra** organização: o **mercado**” (SOLE, 2004, p.12), considera que o mercado é um conjunto de relações humanas, entre compradores e vendedores, e o preço traduz um momento dessas relações. No entanto, Solé (2008, p.10) chama atenção de que enquanto muitos pesquisadores caracterizam o mundo capitalista, civilizado, moderno etc. ou a **sociedade “moderna” como organizada fundamentalmente pelo mercado**, ele **se opõe a essas teorias, porque considera que “A empresa é a “força organizadora”, e que este mundo sendo organizado por e para a empresa [...]”** (SOLE, 2008, p.10). Ele diferencia ainda mais sua posição ao defender que **“a empresa e mercado são duas organizações concorrentes, que a empresa elimina o mercado. O Mundo-Empresa provoca o desaparecimento do mercado.”** (SOLE, 2008, p. 10, grifo meu).

Considero que esse ponto pode ser um dos pontos mais importantes na teoria da empresarização, pois seu argumento é que principalmente a empresa, ao invés do mercado, é a força organizadora do mundo, diferente da maioria das teorias críticas ao capitalismo que colocam o mercado e a mercadoria como forças catalisadoras da organização da sociedade. Por outro lado, não entendo com isso que Solé negue a existência ou importância do mercado para o estabelecimento do Mundo-empresa, pois ele mesmo afirma que **“A empresa não é uma comunidade, é uma frágil associação de indivíduos; nós a vemos; nós a sentimos, é uma organização que **estimula o individualismo e o egoísmo**. A empresa **coloca em concorrência os seres humanos**. Doravante, em todo o planeta os **homens estão em concorrência para encontrar um trabalho em uma empresa** (é o “mercado de trabalho”) e para conservar seu trabalho.”** (SOLE, 2008, p. 11, grifo meu). Compreendo que para Solé, no Mundo-empresa, há pelo menos duas características do mercado: uma é a de que o mercado é imprescindível e que a empresa quer expandi-lo, já que significa mais espaço para suas negociações e ganhos; e o outro é que o mercado não o é aquele defendido conceitual e idealmente pelos liberais ou economia (neo)clássica, como livre e da ampla concorrência, pois na sua concepção as empresas lutam contra essa liberdade e querem eliminar essa

concorrência entre si, ainda que fomentem a concorrência e a disputa entre os indivíduos e trabalhadores.

A partir das ideias centrais da teoria da empresarização apresentadas anteriormente, sobretudo que a empresa tem se tornado a força organizadora do nosso mundo em detrimento do mercado e de que está sujeita ao Estado, é que pretendo construir o argumento deste trabalho. Isso porque considero que há duas importantes lacunas na teoria que estão estreitamente relacionadas: uma é sobre a atuação do Estado no processo de empresarização e a outra é explicar como para Solé a empresa ao mesmo tempo em que visa eliminar o mercado, não pode prescindir dele, o que na nossa compreensão seria exatamente por controlá-lo utilizando-se do Estado. Então, argumentamos que **uma das principais forças/instrumentos do processo de empresarização contemporâneo é Estado(-nação), uma metaempresa, e que antes de eliminar o mercado, a empresa visa expandi-lo, mas de forma controlada e, para isso, utiliza-se do Estado para regular sua expansão e uma suposta livre concorrência.** Para isso, utiliza tanto de meios econômicos (monopólios, defesa de tecnologia etc.) como extraeconômicos (ocupações de terra e trabalho escravo).

Para sustentar esse argumento, iniciaremos por uma reflexão sobre a importância da **formação dos Estados**, sobretudo os nacionais, **para centralização do poder e do controle dos mercados**, com base numa literatura sobre sociedade de mercado e capitalista, só que buscaremos sua relação com sociedade nos moldes do “Mundo Empresa”. Assim, visaremos compreender o **processo de empresarização** como processo histórico de aparecimento da empresa que, segundo Solé (2008, p. 12), ocorre no século XI e pode ser visto em cinco manifestações: **sua expansão geográfica**, empresa apoia mais atividades e relacionamentos, a empresa como modelo de outras organizações e atividades, argumentação da empresa sobre a vida humana e influência da empresa sobre a vida humana fora da empresa. Para compreender a primeira manifestação, ou seja, a disseminação da empresa para outros mundos, recorreremos ao **conceito de imperialismo**, focando na fase recente do capitalismo, o que ajuda a identificar que a expansão do mundo-empresa está relacionada a um **novo imperialismo** (ou império do capital) que apesar de dirigido pelo capital não é somente de ampliação dos mercados e dos imperativos capitalistas, se não que da empresa para o novo mundo (América Latina, África, Ásia, economias emergentes), de várias formas, desde a privatização de serviços públicos, criação de serviços prestados por empresas próprios dessa fase do capitalismo como os financeiros, abertura de filiais de multinacionais ou somente a disseminação do ideário capitalista e do empreendimento. Por fim, mas não a título de conclusão, sim de provocação, questiono se é possível/preciso cunhar um novo conceito, o de **imperialismo-empresarial** para **compreender** o que alguns intelectuais estão descrevendo como processo de **renovação do programa político neoliberal**, especialmente no contexto latino-americano.

Uma breve perspectiva sobre as origens do Estado e da relação Governo e Economia (de mercado)

Há diversas e contraditórias explicações sobre o surgimento do Estado nas sociedades ocidentais. Tais teorizações constituem uma verdadeira tradição do pensamento político, o qual não pretendemos revisitar, ou mesmo apresentar os principais postulados, pois além de não ser objetivo deste texto, seria uma tarefa enciclopédica. Em geral, essa literatura tenta justificar a existência e necessidade que as sociedades organizadas têm de algum tipo de poder centralizado que consiga garantir um suposto interesse comum ou público.

Fugindo desse discurso comum de justificação, visitamos o pensamento de Clastres (1979) na sua análise de antropologia política. No seu trabalho ele identifica que há sociedades primitivas com e sem Estado. Defende inclusive que a utilização da agricultura

pelos povos primitivos não foi uma evolução natural, mas uma escolha e necessidade de determinados povos, isso também se deu em relação à constituição do Estado como uma necessidade não inexorável ao desenvolvimento dos povos primitivos. Para Clastres (1979, p.192), a relação política precede a relação econômica, a mudança na condição material não conduz mecanicamente a uma transformação da ordem social (CLASTRES, 1979, p.195), logo a verdadeira revolução foi política, não se pode imputar ao econômico a origem do elemento político das sociedades primitivas (CLASTRES, 1979, p.196).

Assim, é o Estado que determina o aparecimento das classes e não o contrário (CLASTRES, 1979, p.192). O Estado é instrumento que permite aos dominantes exercer domínio violento sobre dominados. Dizer que divisão em classes precede o aparecimento do Estado, é frágil, pois se há essa divisão antes, o Estado não seria necessário. Para Clastres também não é a propriedade privada, já que as sociedades primitivas ignoram-na e recusam-na. Então como ele considera que não é possível determinar as condições do aparecimento do Estado, propõe precisar as condições de seu não aparecimento. Inicialmente argumenta que o chefe nos povos primitivos não pode ser origem do Estado porque fazem uma separação entre poder e prestígio, assim como ele não acumula funções de autoridade (CLASTRES, 1979, p.198), já que é a sociedade que exerce poder sobre tudo que a compõe e proíbe a autonomia de qualquer subconjunto (CLASTRES, 1979, p.205).

Outra importante pesquisa que atribui antecedência ao político, sem focar no aparecimento ou não do Estado, porém analisando as condições de surgimento da sociedade de mercado e mostrando como o Estado teve um protagonismo fundamental nessa sociedade em que a economia assume uma posição central, é o livro *A grande Transformação*. Nele, Polanyi (2000) construiu um dos estudos historiográficos de antropologia econômica seminais do pensamento contemporâneo. Por caminhos bem diferentes os dois textos nos afirmam como o elemento político, se não precedeu, foi determinante na configuração econômica da sociedade capitalista. Polanyi (2000), por exemplo, identifica que os cercamentos dos campos na Inglaterra foi decisivo para explicar porque as pessoas passaram a vender sua força de trabalho, já que antes viviam das terras para obter subsistência. Outro elemento de intervenção política foi a criação do comércio interno da Europa Ocidental por intervenção do Estado, pois nem o comércio local, nem o de longa distância originou o comércio interno e mercados nacionais (POLANYI, 2000, p.84).

Mesmo reconstruindo historicamente a formação da sociedade capitalista centrada no mercado, Polanyi (2000) defende que o mercado auto-regulável, ou seja, uma economia dirigida somente pelos preços do mercado, em que toda produção é para venda, não só dos bens de consumo, mas do trabalho, terra e dinheiro (POLANYI, 2000, p.62 e 90), é uma utopia. Pois, mesmo com a economia assumindo uma posição central na sociedade, guiada pela ideologia liberal, foi necessária a atuação do Estado na busca por tal (suposta) liberdade.

Nossa tese é a que a ideia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto (POLANYI, 2000, p. 18).

É preciso lembrar que o amplo comércio, segundo Polanyi (2000, p.86) foi uma ação deliberada do Estado que instalou o mercantilismo nas cidades protecionistas, promovendo a abertura do mercado nacional e borrando a distinção entre cidade e campo. Esse sistema foi uma resposta a diversos desafios. Em termos políticos, o Estado centralizado como nova criação que foi estimulada pela revolução comercial mudou o centro de gravidade do mundo ocidental do Mediterrâneo para as costas do Atlântico. Em termos de política externa, um poder soberano era necessidade cotidiana, “a nova política estatal mercantilista envolvia a

disciplina dos recursos de todo território nacional para os objetos do poder nos assuntos externos. Na política interna, a unificação de países fragmentados pelo particularismo feudal e municipal foi o subproduto necessário de um tal empreendimento. Do ponto de vista econômico, o instrumento de unificação foi o capital [...]” (POLANYI, 2000, p.86). Ainda que no mercantilismo se incitasse a comercialização como política nacional, definia-se os mercados de maneira contrária à economia de mercado, pois fazia ampla intervenção na indústria, assim como os feudais (mas divergindo no método de regulamentação que era tradição e o mercantilismo o estatuto e leis). Outra divergência com a economia de mercado era que o mercantilismo era avesso a comercialização da terra e do trabalho, mas era antidemocrático porque tinha crença no poder absoluto. (Esse sistema mercantil e o Estado centralizado compeliram os povos de países agrários a se organizar para o comércio e negócios e essas relações externas também pressionaram a necessidade de um poder soberano e mobilização de recursos nacionais).

Todavia, a transição para sistema democrático e representativo, no final do século XVII, e dos mercados regulados para os auto-reguláveis, foi uma mudança completa na estrutura da sociedade e “**Um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política.** [...] nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isto não implica a existência de instituições econômicas separadas. [...] A sociedade no século XIX revelou-se [...] a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta.” (POLANYI, 2000, p.92-3, grifo meu).

Polanyi (2000) destacou que a ação do Estado foi necessária inclusive na busca pelo *laissez-faire*, definido como liberdade absoluta de produção e comercialização que posteriormente evoluiu para o liberalismo econômico. Isso porque, os livres mercados dependiam de intervenções (subsídios, subvenções, etc.) e o *laissez-faire* era uma imposição do Estado. Uma evidência histórica disso é que nas décadas de 1930-40, houve uma explosão legislativa como forma de repelir medidas restritivas, além de um aumento nas funções administrativas do Estado, capacitado a executar as tarefas estabelecidas pelos adeptos do liberalismo. Todas essas intervenções foram feitas para organizar a liberdade e figuraram de forma imprescindível ao sistema de mercados livres. Na garantia desse sistema houve assim, um aumento na necessidade de regulamentação, confiando-se ao Estado o estabelecimento do *laissez-faire* (POLANYI, 2000).

Como destaque, nos autores supracitados a **dimensão econômica na formação das sociedades é antecedida pelo modelo de organização política** e, no caso da sociedade de mercado, **pela figura organizacional do Estado moderno** e do seu governo influenciado por teorias econômica. Inclusive, Foucault (2003, p.289) analisando uma parte do pensamento filosófico europeu, identifica que a economia foi introduzida no exercício político e como uma aposta essencial do governo desde o século XVI (não por acaso mesmo momento em que inicia o processo de empresarização do mundo, segundo Solé). No entanto, entre os séculos XVI e XVII a arte de governar se cristaliza numa razão de Estado, se governa segundo leis racionais que são próprias e constituem sua realidade específica, a soberania e suas instituições eram o problema mais importante e o exercício do poder era considerado exercício da soberania. Só com o mercantilismo houve o primeiro esforço de “racionalização do exercício do poder como da arte de governo: é, de fato, a primeira vez que se começa a constituir um saber de Estado que pudesse ser utilizável como tática de governo.”, mas ficou bloqueado porque seu objetivo ainda era a potência do soberano, não a riqueza do país (FOUCAULT, 2003, p.295-6).

O desbloqueio da arte de governar se deu pelo surgimento do problema da população e “graças à percepção dos problemas específicos da população, e graças ao isolamento desse nível de realidade que chamamos de economia, que o problema do governo pode, enfim, ser

pensado refletido e calculado fora do quadro jurídico da soberania.” (FOUCAULT, 2003, p.298), de modo que o conhecimento (estatístico) sobre a população, suas regularidades, seus efeitos econômicos específicos, faz com que a família deixe de ser o modelo de governo, passando a ser um instrumento para o governo das populações, na segunda metade do século XVIII (FOUCAULT, 2003, p.299). A população apareceu como objetivo último do governo, mais do que potência do soberano, um sujeito de necessidades e de aspirações, mas também um objeto entre as mãos do governo. Assim,

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de **todos os processos que giram em torno da população em sentido amplo, o que chamamos precisamente de ‘economia’ [...] a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito: a população.** É ao captar essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território, a riqueza, que se constituirá uma ciência que chamamos de ‘economia política’ [...] (FOUCAULT, 2003, p.300, grifo meu).

Então, a passagem de uma arte de governar para ciência política, de um regime dominado pelas estruturas para técnicas de governo acontecem no século XVIII em torno da **população e do nascimento da economia política**¹ (FOUCAULT, 2003, p.301). Isso não quer dizer que o problema da soberania deixou de ser importante desde quando a arte de governar tornou-se ciência política. Foucault (2008, p. 388) lembra que para os fisiocratas era possível compatibilizar o princípio da liberdade (*laissez-faire*) dos agentes econômicos com uma soberania política que verificaria a totalidade do processo econômico, enquanto a “mão invisível” de Smith seria o contrário disso, porque não é possível haver soberano econômico no sentido fisiocrático do termo, porque **para economia política de Smith “um governo nunca sabe o bastante que corre o risco de sempre governar demais [...] um governo nunca sabe direito como governar apenas o bastante.”** (FOUCAULT, 2008, p.24, grifo meu). Apesar de princípios de pensamento econômico liberal que surgiram com base nessa crítica ao governo sobre o econômico originada no pensamento de Smith, vê-se que os Estados de países centrais no capitalismo ainda hoje continuam atendendo os interesses dos seus agentes econômicos dominantes, ou do que Solé chama de empresa, seja principalmente pela influência sobre os governos do seu e de outros países ou, menos frequentemente, por alguns processos de ocupação territorial.

Em termos mais amplos, Foucault (2003, p.302-3) pretendeu mostrar uma relação histórica entre o movimento que posiciona as constantes da soberania para trás das escolhas de governo, que faz aparecer a população como dado, campo de intervenção e finalidade de governo e o que isola a **economia como domínio específico da realidade e a economia política como ciência e técnica de intervenção do governo nesse campo da realidade a partir do século XVIII** (governo, população e economia política). Tanto no levantamento histórico de Polanyi, como na análise de textos políticos e filosóficos sobre governo e economia feita por Foucault, é possível identificar como a economia torna-se uma área de atuação primordial do Estado e do campo de atuação e conhecimento de governo. Ao mesmo tempo, como nos diz Foucault (2008, p.389, grifo meu), **“governo não pode ter por princípio, lei, regra de conduta ou racionalidade interna, a economia. A economia é uma ciência lateral [...] Deve-se governar com a economia [...] não é possível que a economia seja a própria racionalidade governamental.”** Vemos mais um ponto de intersecção entre as análises históricas de Polanyi que mostram inclusive como a garantia da livre concorrência de

¹ Considerando um texto de Rousseau, intitulado Economia Política, Foucault chega à conclusão de que a definição de Governar um Estado pode ser considerada como: usar a economia para ter com habitantes, riquezas e condutas uma forma de vigilância e controle não menos atenta do que um pai tem com os familiares (FOUCAULT, 2003, p.289).

mercado depende do Estado, ou seja, a economia é um problema de Estado e governo, como também indicou Foucault ao analisar o nascimento do governo enquanto campo de conhecimento e base da razão de Estado.

Até o momento mostramos, ao menos teórico-historicamente, que o Estado não é uma criação natural ou resultado da evolução da sociedade, é uma criação política que inclusive se antepõe a organização da economia capitalista, até em certa medida ela depende dele para garantir seus princípios e se desenvolver globalmente. No intuito de entender como se deu o processo de disseminação do “Mundo empresa” seja pela expansão do mercado (e da sociedade capitalista) ou da empresa (como modelo de organização dominante) seja pelo governo de um país pela via dos meios políticos ou militares, recorreremos ao conceito de imperialismo. Pensamos que esse conceito ajudará a colmatar a fenda entre duas hipóteses da teoria da empresarização ou a refletir sobre as seguintes questões: como a empresa está sujeita ao Estado? Assim qual a relevância do Estado no processo de empresarização? Até que ponto a empresa concorre ou suprime o mercado? Ou considerando as evidências históricas, não como a empresa controla e regula os mercados?

Síntese sobre uma nova espécie de Imperialismo (simbiose do monopólio legítimo da violência com o poder capitalista de regulação do mercado)

Ao buscar compreender o conceito de imperialismo, é possível se deparar com um grande volume de textos e análises sobre o conceito. A maioria deles, assim como as principais críticas ao capitalismo, tem raiz na corrente de pensamento Marxista. Outra característica do conceito, até pela sua origem, é a sua vinculação com um determinado momento histórico que implica situá-lo no tempo e no espaço. Percebendo tais características e como pretendia lidar com o momento histórico recente, fixei-me de maneira seletiva e pontual em definições e autores que trabalham o imperialismo na sua forma contemporânea. Logo, tratei basicamente de dois: Ellen M. Wood que discute o império do capital, uma versão do imperialismo que ela considera nova porque acontece num momento em que a relação entre os países se dá primordialmente por imperativos capitalistas; e de David Harvey que vai caracterizar o novo imperialismo ou imperialismo capitalista porque se fundem a política do Estado e do império (estratégias políticas e militares) com processos moleculares de acumulação do capital no tempo e espaço (fluxos de poder econômico). Apesar dos dois autores buscarem explicar o mesmo conceito para interpretar um mesmo momento histórico, percorrem caminhos diferentes², Wood recorre a conceituação histórica dos primeiros impérios até chegar no capitalista, Harvey parte de uma visão contextual do império capitalista de hoje. Também por isso, definem diferentemente o imperialismo capitalista. Por isso, resolvi apresentar as ideias dos autores separadamente e no fim tentar relacioná-las para explicar o processo de empresarização.

Wood (2014) caracteriza o **imperialismo como capitalista** pela predominância da coerção econômica, diferente da extraeconômica que é policial, militar ou judicial, ainda que nesse imperialismo seja imprescindível um apoio extraeconômico. Todavia esse apoio é opaco porque não opera numa intervenção direta na relação capital-trabalho, mas indireta na “sustentação do sistema de compulsões econômicas, do sistema de propriedade (e de não propriedade) e da operação dos mercados.” (WOOD, 2014, p.17). Por isso de acordo com Wood (2014, p.17) entender “novo imperialismo” importa que se compreendam as especificidades do poder capitalista e a **relação entre força econômica e extraeconômica**.

² Inclusive no livro de Wood, há um texto de resposta aos críticos em que a autora se situa em relação ao texto de Harvey. Apesar dos livros de ambos terem os originais publicados em 2003, essa parte da resposta foi publicada num dossiê sobre o livro na Revista *Historical Materialism* em 2007 e incorporado à edição brasileira do livro. É um bom texto para começar a perceber as diferenças entre as abordagens do conceito.

Para ela o capitalismo é o único a separar o poder econômico do extraeconômico, pois possibilita que o econômico vá além de qualquer controle político ou militar, entretanto “o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica [...] oferecida primariamente pelo Estado.” (WOOD, 2014, p.18). No entanto, ela defende que hoje o Estado é mais essencial do que em outro momento para o capital.

Numa mirada histórica é possível identificar que durante muito tempo existiram impérios cujo principal objetivo era a dominância do comércio internacional, o que não implica dizer que eram baseados nos tipos de imposição econômica capitalista, contudo faziam uso de poder extraeconômico como princípio de operação (WOOD, 2014, p.45). A Inglaterra foi a 1ª a ver o surgimento do capitalismo e criar um imperialismo movido por essa lógica. Combinando relações sociais capitalistas de propriedade e expropriação pela a força de terra colonial (WOOD, 2014, p.65-6). A Índia mostra bem o curso diferente tomado pelo imperialismo britânico, porque compartilhou mais com impérios não capitalistas, começou como império comercial controlado por companhia monopolista, tomando a forma de império territorial dominado pelo Estado imperial. Era um império não capitalista na sua lógica, ainda que tenha sido moldado pelo desenvolvimento capitalista na Inglaterra (WOOD, 2014, p.88). O Império Britânico espalhou os imperativos capitalistas pelo mundo, mas com impactos contraditórios, pois **a internacionalização do capitalismo dependeu de controle político e militar direito de territórios e as demandas do governo colonial se chocaram com imperativos econômicos**. No entanto, independente da contribuição imperial para o desenvolvimento do capitalismo este rompeu com os limites do império (WOOD, 2014, p.93). A guerra foi o principal motivador, mas o capitalismo britânico e sua industrialização, junto com o capitalismo agrário, fez com que a riqueza pudesse ser usada para fins militares (WOOD, 2014, p.94). A industrialização britânica incentivou a de outras potências europeias, ainda que com os imperativos internos diferentes da Inglaterra que foi induzida pelo consumo. O capitalismo agrário criou um mercado de massa para bens de consumo básicos e a **Revolução Industrial foi lançada por empresas relativamente pequenas** que produziam bens de consumo, diferente em natureza e tamanho foi a capitaneada pelo Estado como na Alemanha. As teorias do imperialismo são de uma época em que o capitalismo apesar de avançado não era sistema global (WOOD, 2014, p.96-7). “O poder capitalista imperial certamente abraçou grande parte do mundo, mas o fez menos pela universalidade de seus imperativos econômicos do que pela mesma força coercitiva que sempre determinou as relações entre os senhores coloniais e os territórios subjulgados.” (WOOD, 2014, p.97).

Ainda que o capitalismo seja movido exclusivamente por imperativos econômicos, esses precisam de força extraeconômica para serem implantados e sustentados. Esses imperativos capitalistas é que distinguiram o imperialismo inglês dos outros, e o desenvolvimento do capitalismo determinou a forma do império britânico (WOOD, 2014, p.74). Wood (2014, p.82) identifica que em Locke há uma concepção de império enraizada em princípios capitalistas, na busca de lucro não só pelo comércio, mas pela criação de valor na produção competitiva. Mesmo não desconsiderando justificativas tradicionais para expansão imperial, o **imperialismo capitalista inclui novas armas ideológicas como as relações sociais de propriedade**. Além disso, como a relação capital-trabalho é apresentada como um contrato entre livres e iguais, faz-se uso de modo puramente econômico de exploração aliado a supressão de hierarquias extraeconômicas construíram a compatibilidade do capitalismo com ideologias de liberdade e igualdade cívica. Escravidão nas colônias inglesas é uma evidência de que o capitalismo apropria-se de modos não capitalistas de exploração (WOOD, 2014, p.84). Desde o conceito de imperialismo em Lenin (como fase superior do capitalismo, quando se havia atingido conflito internacional e militar entre estados imperialista pela competição por um mundo grande parte não capitalista), ou em Rosa Luxemburgo (capitalismo precisa de saída para formações não capitalistas por isso significa

militarismo e imperialismo. Apesar de lutar para ser universal, o capitalismo deve sucumbir por se incapaz de se tornar uma forma universal da produção) (WOOD, 2014, p.98), “**nessas teorias do imperialismo, o capitalismo apropria, por definição, um ambiente não capitalista**. Na verdade, o capitalismo depende para sua sobrevivência não somente da existência dessas formações não capitalistas, mas de instrumentos essencialmente pré-capitalistas de força “extraeconômica”: coerção militar e geopolítica, tradicionais rivalidades entre Estados, guerras coloniais e dominação territorial.” (WOOD, 2014, p.98-9). Essas teorias não se mostraram erradas, mas não há teoria sistemática para um mundo de relações internacionais sejam internas ao capitalismo e governadas por imperativos econômicos.

A era clássica do imperialismo terminou efetivamente em 1918, e só depois da 2ª guerra pode-se falar de uma nova forma de império, foi o último conflito entre potências capitalistas que apesar de interesses econômicos se valeram de força extraeconômica. Seria uma era em que a competição econômica superou a rivalidade militar entre as maiores potências capitalistas (WOOD, 2014, p.99). Os EUA tornaram-se a força militar mais poderosa do mundo com economia altamente militarizada. No mundo menos desenvolvido proliferaram Estados-nações não só como resultado das lutas de libertação nacional, mas por questão de política imperialista. “O novo imperialismo [...] uma interação complexa entre Estados mais ou menos soberanos. O imperialismo capitalista certamente absorveu o mundo em sua órbita econômica, que era, cada vez mais, um mundo de Estados-nação.” (WOOD, 2014, p.100) e a “dívida que é o principal instrumento do novo imperialismo [...]” (WOOD, 2014, p.101) “[...] O imperialismo capitalista se tornou quase inteiramente uma questão de dominação econômica, em que os imperativos de mercado, manipulados pelas potências capitalistas dominantes, são levados a fazer o trabalho que já não é feito pelos Estados imperiais nem pelo colonizadores. Mas agora estamos descobrindo que a universalidade dos imperativos capitalistas não removeu a necessidade de força militar.[...] O novo imperialismo não pode abrir mão [...] de uma teoria da guerra.” (WOOD, 2014, p.115).

O **novo imperialismo** por ser uma criação do capitalismo é **um sistema em que os atores econômicos dependem do mercado** para atender suas necessidades mais básicas, ou seja, estão sujeitos aos imperativos da concorrência, acumulação e produtividade (produção competitiva). Os capitalistas não precisam de controle direto da força militar ou política para explorar os trabalhadores, mas **não deixam de depender da “coerção do Estado** para manter os seus poderes econômicos e o domínio da propriedade, para manter a ordem social e as condições favoráveis à acumulação.” (WOOD, 2014, p.22).

Em certo sentido, só no capitalismo há uma esfera econômica porque **o poder econômico é separado do poder político e força militar** (próximo ao que a teoria da empresarização define como autonomização da esfera econômica), além disso, o mercado teria uma força própria que impõe a todos “certos requisitos sistêmicos impessoais de concorrência, acumulação e maximização de lucros.” (WOOD, 2014, p.22), criando uma **economia formalmente separada da esfera política**. Por outro lado a **esfera política existe como domínio formalmente separado**, mesmo com o Estado territorial que não foi criado pelo capitalismo, a separação capitalista do político e econômico produziu soberania territorial melhor definida do que em sociedades não capitalistas. A vida social é regida mais pelas leis da economia e a coerção acontece tanto diretamente por força superior, como indiretamente por compulsões do mercado, que são manipuladas pela classe dominante com ajuda do Estado, mas dificilmente se pode associá-las como única fonte de poder (WOOD, 2014, p.22). O **capitalismo é diferente de outras formas sociais pela capacidade de estender seu domínio por meios puramente econômicos**, e a busca por sua autoexpansão depende dessa capacidade que se aplica às relações capital-trabalho e as entre Estados imperiais e subordinados. Daí a importância da manipulação das forças de mercado, como a

dívida. Então, mesmo que o poder do capital pareça difuso há a questão do “Estado continuar sendo um ponto vital de concentração do poder capitalista [...]” (WOOD, 2014, p. 24).

Na visão de Wood (2014, p.24) o capitalismo apresenta problemas por ser permeado por imperativos sistêmicos (concorrência, maximização de lucros e acumulação), nem mesmo a empresa “responsável” consegue fugir das compulsões. Tendo em vista que as empresas são veículos ou meio particular do capitalista obter sua riqueza. Para Wood (2014, p.25) o que está na base de **diferenciação do capitalismo para outros sistemas é a separação da apropriação do trabalho excedente e do poder coercitivo que a impõe, sendo que este último é exercido pelo Estado**. Mais do que outra, “o capitalismo precisa de estabilidade e de previsibilidade nas suas organizações sociais. O Estado-nação ofereceu isso por meio de uma elaborada estrutura legal e institucional, apoiada pela força coercitiva, para sustentar as relações de propriedade do capitalismo, seu complexo aparelho contratual e suas intrincadas transações financeiras.” (WOOD, 2014, p.26), pois os mercados já existiam em sociedades não capitalistas, mas ninguém dependia deles para ter acesso aos meios básicos de subsistência, então não funcionava como regulador ou imperativo.

Para Wood (2014, p.28) uma condição necessária à expansão do capitalismo além dos limites da dominação política e militar (ou conquistas e dominação colonial que caracterizam formas antigas de imperialismo) é a **imposição de imperativos econômicos**, criando as compulsões do mercado onde elas não existiam ou mantendo onde já havia, isso está na base do novo imperialismo, mas isso exige apoio da coerção extraeconômica, inclusive para compensar suas tendências disruptivas (WOOD, 2014, p.30). Todavia, o **imperialismo capitalista é afetado por uma das principais contradições do capitalismo que é impor leis econômicas universalmente e ao mesmo tempo limitar suas consequências danosas ao capital**, ou seja,

O **capitalismo é movido pela concorrência**, mas ainda assim o capital **precisa sempre tentar evitar a concorrência**. Precisa expandir constantemente seus mercados e buscar lucro em novos locais, mas ainda assim subverter a expansão dos mercados pelo bloqueio do desenvolvimento de concorrentes potenciais [...]” (WOOD, 2014, p.29, grifo meu).

A dominância imperial numa economia capitalista global exige um **equilíbrio delicado e contraditório entre a supressão da concorrência e a manutenção**, em economias concorrentes, das condições geradoras de mercados e lucros. Essa é **uma das contradições mais fundamentais da nova ordem mundial.**” (WOOD, 2014, p.118, grifo meu).

Entendemos que **É POSSÍVEL REALIZAR UMA APROXIMAÇÃO DESSA DEFINIÇÃO DE IMPERIALISMO CAPITALISTA DE WOOD COM A DE MUNDO EMPRESA DE SOLÈ**, primeiro porque dividem a ideia de que a **força organizadora da sociedade não é somente o comércio e o mercado** e principalmente porque ambos tencionam o conceito de concorrência, colocando-a como algo que move e precisa ser evitado pelo o capital(ismo) (em Wood) e pela empresa (em Solè). Ademais, **imperativos econômicos do imperialismo como concorrência, acumulação e produtividade** podem ser **relacionados com a definição de empresa** construída por Solé como organização que coloca **indivíduos em concorrência**, fundada na noção de **propriedade e exploração, ao mesmo tempo em que se pauta na concorrência (entre indivíduos), segundo Solé a empresa visa controlar concorrência, ou seja, se aproxima da contradição apresentada por Wood em relação ao capital no imperialismo**.

Esse novo tipo, o “imperialismo capitalista”, é definido, de outra forma, por Harvey (2014, p.31, grifo meu) “como uma **fusão contraditória** entre ‘a **política do Estado e do império**’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e

humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os **processos moleculares de acumulação do capital** no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia).” A primeira destaca as estratégias políticas, diplomáticas e militares usadas por um Estado na sua luta por afirmar seus interesses e a outra destaca como os fluxos do poder econômico atravessam o espaço na direção de entidades territoriais ou se afasta delas por práticas de produção, comércio, transferência monetária. Harvey (2014, p.32) diferencia a lógica territorial do poder e da lógica capitalista, identificando que a primeira está mais relacionada ao político e ao Estado que são territorializados, entidade de vida longa e confinados a fronteiras territoriais fixas; enquanto a segunda está relacionada ao capitalista que só procura vantagens individuais e as empresas que mudam de localização, se fundem ou encerram as operações (HARVEY, 2014, p.32). Os processos geográficos de acumulação são mais difusos e menos suscetíveis de decisões externas e as ações individuais estão em toda parte. As estruturas institucionais do Estado tem um importante papel a desempenhar no cenário de acumulação do capital, pois há os mecanismos monetários e fiscais que “situam claramente o Estado como poderoso agente econômico legitimamente constituído.” (HARVEY, 2014, p.33).

Apesar da literatura sobre imperialismo supor acordo entre processos político-econômicos guiados pelo Estado e estados e impérios agindo sempre com motivações capitalistas, segundo Harvey (2014, p.34) essa relação deveria ser vista como contraditória (dialética) para não cair na argumentação puramente política ou predominantemente econômica. **Tentando uma aproximação conceitual**, podemos relacionar que a política do Estado e do império de **Harvey** se referem aos mecanismos extraeconômicos de **Wood** e os imperativos econômicos dela seriam os processos moleculares de acumulação do capital de Harvey, obviamente respeitando as diferenças já postas entre os dois autores. Não devemos deixar de ver as peculiaridades de caracterização de cada um.

Para Harvey (2014, p.35) **práticas imperialistas pautadas na lógica capitalista** podem ser definida pela **exploração de condições geográficas desiguais** em que acontece a acumulação do capital, em que aproveita do que ele considera como **assimetrias originadas em relações de troca não leais e desiguais**, em forças monopolistas articuladas, práticas extorsivas e extração de renda monopolista, de modo que “A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica.” (HARVEY, 2014, p.35). Essa **desigualdade** nas condições geográficas não resulta apenas de diferenças nos recursos naturais e localização, mas são **produzidas em função da riqueza e poder concentrados em locais como consequência de relações assimétricas de troca**. Inclusive **uma das tarefas fundamentais do Estado é buscar a preservação do padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele** (HARVEY, 2014, p.35). Logo, “a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado.” (HARVEY, 2014, p.36). Por isso, Harvey (2014, p.85) considera que “a compreensão da lógica econômica do imperialismo advém da competição monopolista”. Os capitalistas buscaram outras formas de preservar seus poderes monopolistas, as duas principais foram: centralização do capital e proteção das vantagens tecnológicas (HARVEY, 2014, p.85).

Além disso, um **Estado forte** e com poderes de polícia e monopólio da violência pode garantir estrutura institucional e arranjos constitucionais da lei, da propriedade, do contrato e da segurança para **assegurar acumulação por meio da troca de mercado** (HARVEY, 2014, p.79). “a condição preferida para atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as de contrato de trabalho) sejam

legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classe [...]” (HARVEY, 2014, p.80). “O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o seu padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.” (HARVEY, 2014, p.111).

Aliás, o poder do Estado-nação é historicamente disputado para respaldar os interesses das classes dominantes. Por exemplo, na ascensão dos imperialismos burgueses (1870-1945), a burguesia recorreu à ideia de nação na sua ascensão ao poder. A política de formação das nações-Estado, na 2ª metade do século XIX, indica consolidação interna, mais do que aventura externa (HARVEY, 2014, p.44). Depois, a hegemonia norte-americana (1945-1970) começa quando, no fim da 2ª Guerra, os EUA despontam como potência dominante, porque eram líderes em tecnologia e produção, além da sua moeda se destacar. Externamente os EUA posaram como principal defensor da liberdade e dos direitos à propriedade privada, enquanto buscaram uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento do capitalismo (HARVEY, 2014, p.50-2). Aproximadamente a partir dos anos 70, quando estavam “Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças.” O centro do poder da burguesia mudou de atividades produtivas para o capital financeiro (HARVEY, 2014, p.58). “O endividamento crônico do Estado gerou todo tipo de oportunidades de atividade especulativa, o que, por sua vez, tornou o poder do Estado mais vulnerável a influências financeiras. [...] o capital financeiro passou ao centro do palco [...] em particular quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta.” (HARVEY, 2014, p.59). Dessa forma, o Estado tem papel crucial na mercadificação e privatização de modo que “a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado.” (HARVEY, 2014, p.121).

Harvey (2014) fala diretamente das empresas, junto com o capitalista, como os elementos do **processo de acumulação do capital**, que mudam de localização ou se fundem, e que junto com **a política de Estado e do império**, diferentemente territorializada, formam a fusão contraditória que define o imperialismo capitalista. Para ele as práticas imperialistas mesmo as de lógica capitalista exploram as desigualdades nas condições geográficas, mantendo assimetrias em relações de troca não leais e desiguais, que não ocorrem somente por diferenças de recursos naturais, mas em função da riqueza e poder. Com isso entendemos que Harvey questiona o princípio da igualdade na concorrência e enfatiza que a lógica econômica do imperialismo advém da competição monopolista e que a manutenção dos poderes monopolistas acontece pela centralização do capital ou proteção das vantagens tecnológicas. Como a empresa é a forma de organização que possibilita a competição monopolista, pensamos que é possível aproximar as ideias de empresa para Solè ao mesmo tempo que precisa do mercado, evita a concorrência. Além disso, é possível complementá-lo com Harvey (2014) que ressalta que o poder do Estado tem um papel central como forma de garantir vantagens e assimetrias, ao mesmo tempo de assegurar a acumulação por meio da troca de mercado. Partindo desse apanhado do conceito de imperialismo, com uma breve incursão histórica, é possível analisar que o processo de empresarização (disseminação da Empresa) aconteceu inicialmente orquestrado pelos impérios comerciais e via dominação colonial, logo foram viabilizados por mecanismos extraeconômicos de controle de mercado como domínio colonial da terra e mão-de-obra escrava. Por tal característica consideramos que a forma de organização da empresa nos impérios comerciais era mais fundamentada em mecanismos não capitalistas e de dominação direta do mercado apoiado pelos poderes militares e coercitivos dos Estados Nacionais, isso também se refletia no modelo de atividade empresarial (menos competitiva e mais extrativista) nos países coloniais. Com a disseminação global dos imperativos capitalistas e a constituição do imperialismo capitalista (iniciada pelos

britânicos) em que os mecanismos econômicos ou de acumulação capitalista se tornam mais importantes na estratégia imperial, ainda que os meios extraeconômicos de controle do mercado tenham mantido sua importância, **a empresa tornou-se um dos instrumentos fulcrais de disseminação do capitalismo e de dominação imperial** (caso das privatizações e multinacionais), ainda que continuem apoiadas política e extraeconomicamente pelos Estados nacionais (como monopólio legítimo da violência) inclusive como reguladores dos mercados (por exemplo, via regulação e políticas de trabalho, sociais e punitivas) e da concorrência.

Então, será que podemos falar de um *imperialismo empresarial*?

Comecei este texto com a ideia de apenas realizar uma aproximação conceitual para preencher duas lacunas que identifiquei na teoria da empresarização, quais sejam: **a explicação política do processo de disseminação da empresa pelo mundo e a atuação do Estado nesse processo**. Para tal apoiei-me no conceito de **novo imperialismo** que explica como são disseminados os imperativos capitalistas e de mercado e como se dá a dominação econômica das potências capitalistas que antes era feita pelos Estados imperiais e colonizadores, mas por ser uma criação no capitalismo, o novo imperialismo é um sistema em que atores dependem do mercado para atender necessidades básicas (Wood), ou seja, promovem submissão: aos **imperativos econômicos** da concorrência, acumulação e produtividade (produção competitiva) que incluem armas ideológicas como as relações sociais de propriedade e entre capital-trabalho apresentadas como um contrato entre livres e iguais (Wood) ou aos **processos moleculares de acumulação do capital** que acontecem pela exploração de condições geográficas desiguais, originadas de assimetrias em relações de troca não leais, em forças monopolistas articuladas e em práticas extorsivas (Harvey). Nesse tipo de imperialismo predominam mecanismos de mercado ou capitalistas (a coerção econômica em Wood ou fluxos do poder econômico em Harvey), no entanto **é imprescindível o apoio de mecanismos extraeconômicos** como policial, militar ou judicial (Wood) ou da **Política do Estado e do império** com estratégias políticas e militares (Harvey). Apesar de concordarem nesse aspecto os autores entendem que esses mecanismos não econômicos agem de maneira diferente.

Enquanto **Wood argumenta que não há um controle direto da força militar e política** para explorar os trabalhadores, **mas um apoio opaco e indireto para sustentar os sistemas de compulsões econômicas**, de propriedade e operações de mercado, ou seja, os capitalistas não deixam de depender da coerção do Estado para manter seus poderes econômicos e domínio da propriedade, então condições favoráveis à acumulação. Assim, “[...] **O Estado, tanto nas economias imperiais quanto nas subordinadas, ainda oferece as condições indispensáveis de acumulação do capital global**, tanto como para as empresas locais; [...] Não seria um exagero dizer que o **Estado é a única instituição não econômica verdadeiramente indispensável ao capital.**” (WOOD, 2014, p.106-7, grifo do autor).

Harvey defende que uma das tarefas do Estado é preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca e com monopólio da violência e poder de polícia que pode garantir estrutura institucional e legal de propriedade e contrato para **promover a acumulação por meio da troca de mercado**. Imperialismo capitalista surge da relação dialética entre lógicas territorial e capitalista do poder que se entrelaçam, mas não se reduzem uma a outra (HARVEY, 2014, p.149).

Ambos os autores reconhecem que o aspecto inovador do imperialismo capitalista é a relação entre os aspectos econômicos e não econômicos do imperialismo. Só que eles diferem. Enquanto no **Império do Capital**, **Wood** considera que há uma separação do poder econômico do extraeconômico como este último está localizado no Estado há uma opacidade e neutralidade do poder coercitivo, já no **Novo Imperialismo de Harvey** é definido

justamente como uma **fusão contraditória** entre ‘**a política do Estado e do império**’ e ‘**os processos moleculares de acumulação do capital** no espaço e no tempo’, de tal modo que ele chama atenção que não é possível separá-los.

Ainda que os dois autores explorem conceitos como o capital, mercado, concorrência e acumulação, a dimensão econômica e a relação disso com o Estado e a dimensão política do capitalismo, os dois **negligenciam a centralidade da principal forma de organização da produção no capitalismo, a empresa**. Não é difícil reconhecer a importância da empresa tanto nos processos capitalistas do imperialismo, quanto nos processos políticos, dado que o Estado pode ser considerado uma metapresa cujas práticas e modelo de gestão são cada vez mais permeadas pela lógica empresarial. Tal como definida por Solé, a empresa que coloca os indivíduos em concorrência, é fundada na propriedade e exploração do trabalho e atua no mercado, mas ao mesmo tempo luta contra a concorrência mediante estratégias monopolistas ou buscando controlar o mercado através, por exemplo, do Estado, no meu entendimento poderia ser vista exatamente como elemento de relação entre o que está definido por práticas econômicas (Mercado) e extraeconômicas (Estado).

É interessante ver como a empresa (não somente a grande e monopolista) vem ganhando espaço dentro do pensamento econômico neoliberal, de modo que alguns autores descrevem uma renovação teórica do neoliberalismo caracterizada em parte pela centralidade que ganha o empreendimento no pensamento econômico. Assim, considero que o conceito de imperialismo associado a ideia de empresarização amplia a compreensão sobre a recente renovação do programa político neoliberal que inclui também a aceitação da regulação dos mercados pelo Estado. Especificamente, o que seria essa renovação?

Sucintamente, Puello-Socarrás (2008) identifica uma mudança no interior do neoliberalismo que **reposiciona os referenciais teóricos austríacos e alemães**, em detrimento do referencial **norte-americano**. Apontando para um **trânsito no interior do neoliberalismo** de sua versão ortodoxa (americana) para austríaco-americana que manifestam suas críticas (superficiais) e abandonam relativamente as categorias como *homo economicus*, engenharia social, modelos de concorrência perfeita e equilíbrio, ativando noções mais funcionais como indivíduo empreendedor, empreendimento e racionalidade criativa, assim como novas formas de ação institucional (privatizações implícitas das alianças público-privadas e quase-mercados). Na questão estatal, se antes era anti-estatista, o **novo neoliberalismo admite regulação (oportunista) do Estado, assim como o pensamento ortodoxo é anti-intervencionista** (PUELLO-SOCARRÁS, 2013). Um dos aspectos mais reveladores desse destaque dos referenciais austríacos é **o deslocamento da ênfase na noção de homem econômico para o empresário/empreendedor**. Os economistas austríacos definiram “em torno do homem empreendedor o princípio antropológico por excelência do ser humano e do empreendimento como força ontológica constitutiva do processo de mercado.” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p.86). Puello-Socarrás (2008) ressalta que Foucault já identificava que o **homem empreendedor (ou homo redemptoris) é um desdobramento do homem econômico**, mas não em sentido puro, apenas próximo a concepção clássica de indivíduo racional.

Ao revisitar esse referencial, identificamos que **falta ao novo imperialismo**, talvez pela sua raiz marxista de focar na crítica ao capital, ao mercado e ao *homo economicus*, enfim aos conceitos da tradicional economia política, **reconhecer que os conceitos de homem empreendedor e de empresa** (mediadora da relação capital e mercado) **tem angariado relevância teórica na renovação do neoliberalismo (e da economia política)**. Por isso que nos arvoramos de levantar a possibilidade de cunhar um novo conceito, o de **imperialismo-empresarial** (que associa as duas teorias) para **compreender** melhor essa nova fase do capitalismo que se configura na **renovação do programa político neoliberal**. Mas sem esquecer que os processos econômicos estão acoplados a transformações em imperativos

extraeconômicos que podem ser analisados a partir das transformações da atuação do Estado em relação aos fenômenos econômicos, logo nos questionamos se essa reconfiguração estatal em relação aos empreendimentos não são um forte indício de um imperialismo-empresarial.

Referências

- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In: _____. **Ditos e Escritos IV**. Estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 281-305.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- PUELLO-SOCARRÁS, JF. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo**. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008. 166p.
- _____. “Ocho tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013)” In RAMÍREZ, Hernán, **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional**: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos - Unisinos., pp. 13-57. 2013.
- REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stewart, HARDY, Cynthia, NORD, Walter (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. Volume 1. São Paulo Atlas, 1999.
- SOBRERO, Pablo e SOLÉ, Andreu. Um imenso lamento antropológico. **Bulletin Interactif du Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires** n° 19 - Juillet 2007. (Tradução não autorizada de Rosimeri Carvalho da Silva)
- SOLÉ, Andreu. ¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. **Working Paper**. Paris, 2004.
- SOLÉ, Andreu. L'entreprisisation du monde. In CHAIZE, Jacques; TORRES, Felix. **Repenser l'entreprise** Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008. (Tradução não autorizada de Rosimeri Carvalho da Silva)
- WOOD, E.M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.